

DESENVOLVIMENTO

As propostas do Brasil
no Tratado Amazônico

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

Um seminário em agosto, em Brasília, sobre alternativas tecnológicas para telecomunicações; um curso de correio acelerado para os membros doratado de Cooperação Amazônica (TCA); um encontro técnico para examinar as campanhas de saúde que há oito anos vêm sendo executadas na região; a criação de um Conselho Especial de Ciência e Tecnologia na Amazônia; uma reunião, em outubro, para avaliar os materiais de construção de estradas à disposição dos países-membros. Esses são os principais projetos em execução pela secretaria "pro tempore" do tratado que desde setembro do ano passado está com o Itamaraty.

Em outubro próximo, durante reunião do conselho de ministros, o cargo passará para a Colômbia.

O TCA, assinado em 1978, em Brasília, inclui Brasil, Suriname, Guiana (Georgetown), Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Golpeados pela forte crise econômica e de escassez de divisas, esses países encontram no TCA um instrumento de apoio às suas políticas sociais. Grandes projetos, como construção de estradas e empreendimentos conjuntos de relevo, estão fora de cogitação no âmbito do tratado que praticamente nas-

ceu às vésperas da recessão.

Logo que assumiu a secretaria, o Itamaraty começou a elaborar um plano de ação com sugestões, a nível interno, dos ministérios das Comunicações, Transportes, Saúde, Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Com base em sete seminários realizados em 1978, o Itamaraty decidiu, na área de transportes rodoviários, iniciar um estudo para a elaboração de um manual de normas técnicas para projetos a serem financiados por organismos internacionais. Em outubro haverá um encontro técnico sobre materiais de construção de estradas. A idéia é evitar trazer de fora da região os materiais necessários para a pavimentação, mas utilizar os já existentes. A Guiana, por exemplo, usa tijolos para pavimentar estradas, enquanto o método brasileiro é o de pelotização do barro, ambos adequados para suportar a alta densidade pluviométrica da região.

No campo do transporte fluvial, o TCA quer uniformizar normas alfandegárias para facilitar a livre navegação comercial, o que ajudaria a incrementar o comércio entre as populações ribeirinhas.